

NEWSLETTER 08

Comércio & Desenvolvimento Sustentável

Novembro de 2022

Apresentação

O CINDES apresenta o oitavo número da série **Comércio & Desenvolvimento Sustentável** – uma *Newsletter* que tem por objetivo facilitar o acesso a informações sobre mudanças regulatórias e tendências na interseção entre as regulações ambientais e climáticas e o comércio internacional.

Esta edição está dedicada aos seguintes temas: Ganhos com a abertura do mercado brasileiro; Governo Lula e o retorno das negociações do Mercosul com a UE; Questão climática e estratégia internacional do Brasil.

1. Bens ambientais do Brasil podem ganhar com abertura de mercado

De acordo com a Organização Mundial do Comércio (OMC), em relatório anual de comércio apresentado na COP27 no Egito deste ano, o Brasil poderia ampliar suas exportações de bens ambientais até 2030, acima da média mundial, com uma abertura de mercado para facilitar a entrada de tecnologias limpas mais baratas.

Segundo estimativas apresentadas no relatório da OMC, o Brasil poderia aumentar suas exportações de produtos preferíveis ambientalmente (EPP, sigla em inglês) em 17%, caso adotasse políticas comerciais para acelerar a transição para uma economia verde e estimular a inovação em tecnologias de baixo carbono. Tal estratégia resultaria também em um aumento de 11% nas exportações brasileiras de bens ambientais ligados à energia (EREG, sigla em inglês)¹.

Entre os produtos EREG, incluem-se painéis solares e para energia eólica, por exemplo. Entre os EPP, estão bens como fibras naturais em vez de produtos sintéticos, além de produtos agrícolas orgânicos ou produzidos em áreas “ambientalmente amigáveis”.

Apesar de reconhecer que um terço das emissões causadas por desmatamento está vinculado ao comércio internacional, a OMC argumenta que o comércio também é um multiplicador de forças para os esforços de adaptação dos países diante das perturbações climáticas, reduzindo os custos de tecnologias e bens e serviços críticos.

Para além disso, a OMC considera que, no longo prazo, a abertura dos mercados internacionais poderia ajudar os países a promover os ajustes econômicos necessários e a realocação de recursos.

Fonte: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2022/11/08/bens-ambientais-do-brasil-vaio-ganhar-com-abertura-diz-omc.ghtml>

https://www.wto.org/english/res_e/publications_e/wtr22_e.htm

¹ [1] As estimativas de impactos sobre as exportações brasileiras destes bens podem ser obtidas na publicação *World Trade Report 2022* (p.125).

2. UE esperará Lula assumir para retomar negociação de compromissos ambientais com Mercosul

De acordo com apuração do Valor Econômico, a União Europeia pretende esperar até a posse de Luiz Inácio Lula da Silva para apresentar diretamente ao novo governo brasileira demandas de compromissos adicionais do Mercosul na área ambiental.

Representantes da União Europeia haviam mencionado anteriormente que o plano a intenção de enviar antes do fim do ano ao Mercosul elementos de uma “*side letter*” ao acordo negociado. Este documento conteria o detalhamento de compromissos assumidos pelo bloco no combate ao desmatamento na Amazônia, proteção da biodiversidade, implementação do Acordo de Paris, entre outras questões ambientais.

No entanto, a porta-voz de comércio do bloco europeu, Mirian Ferrer, afirmou, após as eleições no Brasil, que não existe um calendário preciso e que ainda é necessário superar divergências internas dentro da própria Comissão Europeia e com os Estados-membros antes de dar continuidade à negociação.

Para observadores europeus, a chegada de Lula ao governo poderá atenuar as pressões sobre as demandas adicionais da Europa, uma vez que as posições anunciadas pelo presidente eleito vão ao encontro das demandas do bloco europeu, tal como desmatamento zero e reforço financeiro de entidades como Ibama no monitoramento da floresta.

Lula já sinalizou que pretende reabrir o acordo. Este movimento pode levar ao prolongamento das negociações, tornando imprevisível a sua conclusão.

Fonte: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2022/11/16/ue-vai-esperar-lula-assumir-para-negociar-novos-compromissos-ambientais-com-mercosul.ghtml>

3. Clima e estratégia internacional: novos rumos para o Brasil

Documento publicado pela Plataforma Cipó e assinado pelos ex-ministros Izabella Teixeira e Jaques Wagner, em coautoria com Adriana Abdenur e Pedro Abramovay, e com prefácio do ex-chanceler Celso Amorim, propõe novas prioridades para a política externa brasileira, com ênfase no meio-ambiente.

O documento, entregue ao presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, tem como objetivo identificar algumas linhas prioritárias de atuação do Brasil no cenário internacional, tendo no cerne o tema do clima e desenvolvimento sustentável.

No prefácio, o ex-chanceler afirma que “o clima não é mais um nicho, tem de ser transversal inclusive no plano internacional. Nesse sentido, o documento mostra como o clima pode ser incorporado em iniciativas de cooperação internacional, seja no plano bilateral, regional ou

global. Em segundo lugar, o documento convida a pensar como a atuação internacional deve refletir e alimentar políticas domésticas...”.

Dentre as propostas para a política externa brasileira, o documento inclui:

- Revitalizar os arranjos regionais, ancorando a nova estratégia regional no tripé Mercosul-Unasul-OTCA;
- Fortalecer a CELAC para facilitar a cooperação e coordenação regional em clima e meio ambiente;
- Pôr fim à agenda de flexibilização do Mercosul, viabilizar a inclusão da Bolívia no bloco e fortalecer a agenda socioambiental da organização;
- Propor a criação de um Conselho Sul-Americano de Clima e Desenvolvimento no âmbito da Unasul, dando destaque a temas com interseção com o clima: a saúde pública (incluídas as pandemias), o combate ao crime organizado transnacional (que inclui crimes ambientais) e a integração energética e infraestrutural;
- Rever o Acordo Mercosul-União Europeia de forma a garantir cláusulas que exijam responsabilidade socioambiental, climática e de direitos humanos entre as partes envolvidas e que também previnam impactos nocivos, tais como a exportação de emissões carbono da Europa para o Mercosul, e a desindustrialização do Brasil e dos países do Mercosul;
- Reforçar os temas de clima e a sustentabilidade — além de suas interseções com o combate à pobreza e a erradicação da fome — como temas prioritários para a coalizão BRICS e revitalizar o IBAS para facilitar a articulação política em áreas de interesse comum, como a proteção dos oceanos;
- Buscar, com a China, uma declaração conjunta de compromissos sobre clima e meio ambiente, centrados na proteção da floresta e na promoção de cadeias de *commodities* livres de desmatamento, e avaliar mais sistematicamente e em diálogo com outros setores a possibilidade de entrada do Brasil na Iniciativa do Cinturão e Rota (*Belt and Road Initiative*), considerando potenciais efeitos socioambientais mas também oportunidades para investimento em infraestrutura verde; e regionalizar a estratégia de cooperação com a China, a partir da Unasul;
- Aproveitar as novas possibilidades de cooperação, investimento e financiamento criadas pela nova Lei de Redução da Inflação dos Estados Unidos para abrir novas frentes de cooperação nas áreas contempladas, tais como a descarbonização, o uso eficiente da energia e a redução do desmatamento e das queimadas...

O documento, elaborado em parceria com a Fundação Perseu Abramo, ligada ao PT, parece refletir as prioridades para a política externa do próximo governo, recuperando algumas das estratégias que marcaram a política externa dos governos Lula e Dilma Rousseff.

Fonte: <https://plataformacipo.org/politica-externa-brasileira/clima-e-estrategia-internacional-n-ovos-rumos-para-o-brasil/>

https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2022/11/cotados-para-governo-lula-defendem-cooperacao-regional-e-sul-sul-para-diplomacia-ambiental.shtml?pwgt=k8ryzr7catqds7z2mkpctf197cfnpdaki6h1mzwhn6eqkmpu&utm_source=mail&utm_medium=social&utm_campaign=compmailgift